

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR****1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO****Secretaria/Departamento:** Administração**Número do processo:** 426/2025**Responsável pela elaboração:** Rosane Aparecida de Moraes**Data da elaboração:** 20 de outubro de 2025

**Objeto:** Contratação de seguro para veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR.

**2. NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E JUSTIFICATIVAS**

A contratação do seguro automotivo para a frota pública torna-se necessária diante de circunstâncias recorrentes e da natureza das atividades desempenhadas pelos veículos pertencentes à Administração. Essa necessidade surge tanto de uma demanda interna permanente, fundada na continuidade dos serviços essenciais, quanto de requisitos legais e normativos. São evidentes os riscos cotidianos aos quais os veículos da frota ficam expostos, a exemplo de colisões, furtos, incêndios, danos a terceiros e acidentes envolvendo passageiros, situações essas observadas em diferentes exercícios financeiros anteriores, o que evidencia a permanência e a recorrência do problema. Os registros do setor de patrimônio e transportes, analisados nas planilhas de controle da frota, demonstram a ocorrência de sinistros diversos, variando de pequenos danos materiais à perda total e incidindo sobre todas as modalidades veiculares, incluindo ambulâncias, veículos leves, pesados e de transporte de passageiros.

O principal problema identificado é a exposição do patrimônio público a riscos capazes de causar prejuízos financeiros diretos, como a perda do bem, elevada despesa com reparos e a necessidade de indenização de terceiros. Adicionalmente, há o risco de interrupção dos serviços públicos essenciais, como o transporte escolar, atendimento médico de urgência, logística institucional e mobilidade de equipes de governo. Situações em que veículos permaneceram indisponíveis por longos períodos, em razão da falta de cobertura ou de trâmites morosos em seguros com coberturas insuficientes, comprometeram a continuidade dos serviços e, consequentemente, impactaram negativamente o interesse público.

Atualmente, toda a frota contemplada já se beneficia de proteção securitária abrangente, com apólices vigentes que cobrem os riscos fundamentais para a operação dos veículos públicos. A necessidade, portanto, reside muito mais na renovação tempestiva dessa cobertura, de modo a evitar qualquer tipo de descontinuidade, do que na correção de falhas preexistentes. O objetivo da nova contratação é dar continuidade à segurança patrimonial e operacional, mantendo o padrão de proteção conquistado e assegurando que o serviço público não tenha qualquer solução de continuidade devido a incidentes, sinistros ou outros eventos cobertos em contrato. A ampliação e padronização da cobertura se mostram indispensáveis para garantir maior agilidade e menor tempo de inatividade em caso de sinistros, além de reduzir o ônus orçamentário de despesas imprevistas e que não contemplam planejamento financeiro.



# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

Esse não é um problema novo no âmbito da Administração. Em exercícios anteriores já houve contratação de seguro para apenas parte da frota, sem contemplar a totalidade de veículos empregada nas diferentes finalidades do órgão. Em alguns casos anteriores, contrataram-se apólices que não abrangiam todos os riscos ou que apresentaram dificuldades no atendimento aos chamados e liberação de coberturas, principalmente em relação à liberação de reserva técnica e assistência 24 horas, resultando em prejuízos operacionais. Fica clara a insuficiência das contratações passadas, notadamente para atendimento das necessidades do serviço público em todos os seus setores.

O seguro de frota qualifica-se como um serviço absolutamente indispensável à manutenção das atividades permanentes da Administração Pública, especialmente porque engloba veículos utilizados em funções essenciais e ininterruptas, tais como ambulâncias, viaturas de transporte escolar, caminhões de logística institucional, ônibus escolares, além dos veículos administrativos. Portanto, é uma contratação com impacto prolongado, atendendo necessidades que se estendem por múltiplos exercícios financeiros e que, por sua natureza, não podem ser suspensas sem sérios prejuízos à população e ao funcionamento do órgão.

O mercado segurador evoluiu e oferece, atualmente, alternativas mais vantajosas frente aos serviços anteriormente contratados. Destacam-se novas soluções para assistência 24 horas, franquias reduzidas, coberturas ampliadas para danos morais, materiais e corporais, inclusão de carro reserva e reparos rápidos. Ao realizar licitação ou pesquisa de preços atualizada, pretende-se garantir não apenas a renovação da proteção, mas também a ampliação da abrangência, buscando reduzir custos diretos e indiretos oriundos da exposição do patrimônio estatal.

A ausência da contratação do seguro representa ameaça concreta à continuidade dos serviços públicos, pois a Administração se verá obrigada a suportar despesas emergenciais elevadas, arcar com o tempo de indisponibilidade dos veículos e responder civil, administrativa e, eventualmente, criminalmente diante da omissão em adotar medidas preventivas de proteção aos bens públicos. Riscos como transporte escolar sem seguro, ambulâncias descobertas ou veículos de transporte de equipe sem cobertura implicam prejuízo para a população usuária e para o bom funcionamento do ente público. Além de expor a fragilidade da Administração perante a comunidade e aos órgãos de controle, a falta de seguro pode comprometer o alcance dos objetivos institucionais.

A contratação do seguro automotivo está plenamente alinhada com a estratégia institucional de garantir a continuidade e a eficiência dos serviços oferecidos, promovendo a racionalidade no uso dos recursos públicos e protegendo o patrimônio contra eventos inesperados cujos efeitos poderiam inviabilizar internamente a execução de políticas públicas fundamentais, especialmente em áreas sensíveis como transporte escolar, saúde e logística de suprimentos e equipes operacionais.

Como resultado esperado, busca-se a proteção integral dos veículos oficiais, a redução dos prejuízos financeiros decorrentes de sinistros, o aumento da capacidade de resposta a imprevistos, a padronização dos procedimentos de atendimento à frota e a segurança jurídica e operacional para a Administração. Com a implementação dessa solução, a Administração unidade limita com clareza sua responsabilidade, minimiza riscos de paralisação dos serviços e garante o uso criterioso dos recursos públicos em benefício da coletividade.



Assim, a contratação justifica-se plenamente pelo caráter permanente, ininterrupto e indispensável da atividade a ser protegida, pela existência de experiências pregressas que demonstraram a insuficiência das soluções anteriores, pelo avanço das opções de mercado e pelo alinhamento inquestionável com o interesse público primário, pautando-se sempre pelos princípios da eficiência, economicidade, prevenção e continuidade administrativa.

### **3. LEVANTAMENTO DE MERCADO (ANÁLISE DE ALTERNATIVAS)**

O Município de São Miguel do Iguaçu possui experiência prévia na contratação de seguro total de frota, sendo a última realizada por meio do Pregão Eletrônico nº 060/2024, processo administrativo nº 314/2024, que resultou no Contrato nº 470/2024, celebrado em 20 de setembro de 2024, no valor global de R\$ 122.528,81. A metodologia utilizada foi o pregão eletrônico com concessão de apólice coletiva, abrangendo todos os veículos das diversas secretarias municipais, inclusive veículos leves, pesados e ambulâncias, conforme especificado no contrato anexo a este estudo. O objetivo foi garantir ampla cobertura securitária, observando-se sempre os requisitos de economicidade, eficiência e transparência previstos na Lei nº 14.133/2021 e regulamentos municipais.

A avaliação da contratação passada foi positiva, tanto sob o ponto de vista do atendimento das demandas do Município quanto sob o aspecto do controle administrativo. Não há nos registros processuais relatos formalizados de problemas graves ou irregularidades no cumprimento contratual, não tendo sido destacadas falhas estruturais no modelo de apólice coletiva adotado, tampouco reclamações reiteradas formalizadas pelos setores gestores ou pelo fiscal designado. O acompanhamento do contrato e as obrigações quanto à prestação de contas e atendimento às cláusulas contratuais foram cumpridos de acordo com os procedimentos previstos no edital e no contrato respectivo.

Visando à excelência do processo de contratação e ao aprimoramento contínuo da gestão pública, foram, entretanto, colhidas sugestões do fiscal do contrato anterior e dos setores requisitantes para garantir maior clareza na descrição das coberturas obrigatórias e melhor detalhamento dos instrumentos de gestão e fiscalização do serviço no novo termo de referência. Essas recomendações foram plenamente incorporadas ao processo atual de contratação.

No levantamento de mercado, foram avaliadas alternativas adotadas por outros entes públicos, analisando experiências documentadas em prefeituras de porte semelhante ou superior. Dentre as soluções levantadas, constaram:

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

**Solução 1 (um) – Seguro de cobertura básica (parcial):****Descrição da solução:**

O **seguro parcial** é um produto mais simples, voltado a pessoas físicas, especialmente para quem busca apenas determinados tipos de proteção para o automóvel. Sua grande vantagem é que, por ser mais simples, os valores de prêmio cobrados costumam ser menores, muitas vezes ficando abaixo de 50% (cinquenta por cento) do cobrado em um seguro tradicional. Esse tipo de seguro oferece, basicamente, proteção contra roubo e furto. Nesse caso, são considerados dois tipos de perda: a parcial e total. Em todo caso, algumas empresas possibilitam que sejam contratadas algumas coberturas adicionais, ampliando o portfólio do produto.

**Solução 2 (dois) – Seguro de cobertura abrangente (total/tradicional):****Descrição da solução:**

O **seguro abrangente**, também conhecido como **seguro tradicional**, oferece uma cobertura bem mais ampla, e justamente por ser mais abrangente, cobre uma infinidade de situações, como casos de roubo ou furto e também em casos de situações como colisões, acidentes naturais, incêndios, explosões, raios, enchentes e entre outros, além de oferecer serviços como a assistência vinte e quatro horas, que inclui socorro à pane seca, mecânica ou elétrica, serviço de guincho, chaveiro e entre outros. Assim como o seguro parcial, a opção completa também permite a contratação de coberturas adicionais. Dessa forma, é possível personalizar a proteção de acordo com o que o órgão necessita para seu veículo. É considerado o tipo de seguro mais contratado.

Considera-se que o seguro na modalidade parcial foi desenvolvido pelas seguradoras com o foco na pessoa física, com vistas a reduzir o valor do seguro total. Assim, esta modalidade apresenta a cobertura parcial de acordo com o perfil e utilização de um automóvel. Em complemento, o seguro na modalidade parcial apresenta característica marcante na personalização do usuário, não apresenta cobertura total e cada seguradora apresenta um tipo de cobertura, não sendo considerada um padrão no mercado. Tal modalidade visa uma análise minuciosa conforme as condições de cada veículo (como o estado de conservação, o modelo e o ano), condutores (quantidade, gênero e idade), localização das garagens, análise dos possíveis percursos a serem percorridos e dentre outras peculiaridades. Nesse sentido, sugere-se que este órgão não opte pela modalidade de seguro parcial, pois, apesar de não haver dado estatístico preciso, por se tratar de uma modalidade desenvolvida para atender as pessoas físicas e alinhando com a pesquisa feita com outros órgãos, observa-se ser inviável o seguro parcial para esta Prefeitura.

Portanto, resta evidente ser mais vantajosa a opção pelo seguro na modalidade total para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu.



# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

A análise realizada levou em conta, também, as hipóteses de locação x aquisição: contudo, tendo em vista que praticamente toda a frota em uso é de propriedade do Município e atende demandas de uso permanente e estratégico, a terceirização do serviço por meio de locação não atende as necessidades específicas do órgão e resultaria em dispêndio desnecessário de recursos já investidos.

Desta forma, a escolha administrativa pelo modelo de contratação por apólice coletiva, via pregão eletrônico, fundamenta-se não apenas na experiência local positiva e ausência de irregularidades registradas em contratos passados, mas também em pesquisa documental de mercado, consulta a fornecedores e avaliação de melhores práticas disponíveis entre outros entes públicos nacionais.

## 4. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O objeto da presente contratação é a prestação de serviço de seguro total para a frota veicular do Município de São Miguel do Iguaçu, compreendendo a cobertura securitária ampla (compreensiva) de veículos próprios pertencentes ao patrimônio das diversas secretarias municipais. Trata-se de serviço continuado, a ser contratado por meio de apólice coletiva, destinada a garantir proteção patrimonial, financeira e operacional diante de riscos inerentes ao uso de veículos oficiais em atividades públicas.

A aplicação do objeto ocorre sobre todos os veículos automotores cadastrados no patrimônio municipal, discriminados nos anexos do edital, abarcando automóveis de passeio, utilitários, caminhões, ambulâncias, micro-ônibus, máquinas e equipamentos rodoviários. O serviço será utilizado em todo o território do Município de São Miguel do Iguaçu e, eventualmente, em deslocamentos autorizados para outros municípios, sempre para o exercício das funções institucionais dos órgãos.

A necessidade da contratação decorre da obrigação de resguardar o patrimônio do Município, garantir a continuidade dos serviços essenciais (transporte de pacientes, circulação de equipes técnicas, limpeza pública, obras e emergências) e evitar prejuízos ao erário em decorrência de acidentes automobilísticos, incêndio, roubo/furto, colisões, danos a terceiros (materiais, corporais e morais), fenômenos da natureza, vandalismo e outros imprevistos cobertos pelas apólices.

O objeto será aplicado de forma contínua ao longo da vigência contratual, atendendo toda a frota ativa, sendo imprescindível sua disponibilidade para acionamento a qualquer tempo, notadamente diante de sinistros, avarias ou demandas de assistência 24 horas.

### **Especificações técnicas essenciais:**

A seguradora, através da cobertura do tipo compreensiva dos veículos, deverá cobrir todos os riscos derivados da circulação dos veículos segurados, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte dos veículos até a oficina autorizada pelo fabricante do veículo, indicada pela seguradora, e as indenizações e prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme descrito abaixo.

**a.** Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;

**b.** Roubo ou furto, tentado ou qualificado, total ou parcial, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto, incluindo os vidros;



## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

- c. Roubo ou furto total exclusivo do rádio, CD/DVD, tacógrafo, sirenes ou qualquer outro acessório, desde que façam parte do modelo original do veículo, com aplicação da franquia estipulada da apólice;
- d. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- e. Atos danosos praticados por terceiros, exceto se constantes do item “Prejuízos não Indenizáveis pela Seguradora”;
- f. Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- g. Danos decorrentes de granizo, furacão, terremoto, quedas de raios e suas consequências;
- h. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- i. Queda em precipícios ou de pontes;
- j. Queda acidental sobre o veículo de qualquer objeto ou agente externo que não faça parte integrante do veículo ou não esteja nele afixado;
- k. Queda, deslizamento ou vazamento sobre o veículo de carga e/ou objeto por ele transportado, em decorrência de acidente de trânsito e não da simples freada;
- l. Danos causados aos vidros, aos espelhos retrovisores, às lanternas, aos faróis e recarga de bateria;
- m. Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;
- n. Danos causados aos pneus, em caso de acidentes;
- o. Responsabilidade Civil Facultativa – RCD (danos pessoais e materiais);
- p. Acidentes Pessoais por Passageiros com Despesas Médico-Hospitalares – APP C/ DMH;
- q. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- r. Danos causados aos acessórios originais de fábrica;
- s. Prestação dos serviços de socorro ou salvamento do veículo decorrente de um dos riscos cobertos, incluindo todas as despesas necessárias para tal.

**Quanto à assistência prestada, a seguradora contratada deverá admitir o seguinte modelo:**

- Prestar serviços de assistência adicional 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias na semana, para o veículo, passageiros, motoristas e terceiros, incluindo guincho e reboque ilimitado em caso de pane ou acidentes, sem aplicações de franquias quilométricas ou taxas extras para os serviços de cobertura, guincho ou reboque, com os seguintes serviços mínimos:
  - a. Chaveiro;
  - b. Socorro mecânico emergencial no local em caso de pane ou acidente, com conserto do veículo quando possível;
  - c. Troca de pneus;
  - d. Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina indicada pela seguradora, sem limite de quilometragem;
  - e. Transporte de passageiros por imobilização do veículo segurado;
  - f. Transporte de passageiros por roubo ou furto do veículo segurado;





# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

g. Carro reserva para o órgão contratante, com ar-condicionado incluso e quilometragem livre, pelo período de, ao menos, 30 (trinta) dias;

Obs: a utilização de carro reserva não compreende os veículos do tipo: micro-ônibus, ônibus, caminhões, ambulâncias e máquinas pesadas.

No caso da presente contratação, todos os veículos, no que couber, deverão possuir todas as assistências aqui citadas.

Quanto ao detalhamento cobertura e assistências, cita-se que a seguradora contratada deverá admitir o seguinte modelo:

**Casco:**

a. Cobertura total de valor de mercado referenciado atribuído pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), divulgada pelo site [www.fipe.org.br](http://www.fipe.org.br), utilizando o percentual de 100% (cem por cento) da mesma data de liquidação do sinistro nos eventos de perda parcial ou total por colisão, incêndio, roubo ou furto, conforme previsto no Art. 5º da Circular SUSEP nº 639, de 9 de agosto de 2021, ficando vedada a utilização de qualquer outra tabela; ou,

b. Cobertura pré-estabelecida pelo órgão contratante, através da modalidade Valor Determinado (V.D.), com base nas avaliações oriundas do valor pago na aquisição e da desvalorização do veículo.

Define-se por perda parcial todo sinistro nos quais os prejuízos forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) da importância segurada para cada veículo, na qual a indenização descontará a franquia estabelecida, e por perda total, todo sinistro nos quais os prejuízos forem iguais ou superiores a 75% (setenta e cinco por cento) da importância segurada para cada veículo. Entretanto, a seguradora poderá, caso preferir, indenizar como perda total todo o prejuízo que for inferior a 75% (setenta e cinco por cento) e superior a 50% (cinquenta por cento), desde que haja a devida aceitação pelo órgão contratante.

Nos casos de furto ou roubo, será declarada a perda parcial no caso de o veículo ser encontrado com avarias que caracterizem tal situação, observadas as demais condições especificadas para perda total, na qual a indenização descontará a franquia estabelecida, e a perda total no caso de o veículo não ser encontrado em até 30 (trinta) dias corridos após o registro do evento ou, se encontrado, apresentar avarias que caracterizem a situação.

**Responsabilidade Civil Facultativa por veículo segurado (RCF-V)**, com o objetivo de reembolsar ao segurado a indenização a qual esteja obrigada, judicial ou extrajudicial, a pagar em consequência a danos corporais e/ou materiais involuntários causados a terceiros, sendo as coberturas compreendidas:

a. **Cobertura contra danos materiais a terceiros** no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por veículo

b. **Cobertura contra danos pessoais/corporais a terceiros** no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por veículo

c. **Cobertura contra danos morais** no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por veículo;

**Acidentes Pessoais a Passageiros (APP) por ocupante**, com o objetivo de indenizar por danos decorrentes de acidentes pessoais ocorridos aos passageiros, quando transportados em veículos destinados a este fim, em casos de morte, invalidez permanente e despesas médico hospitalares decorrentes de sinistro coberto pela apólice, como complemento do seguro obrigatório do veículo (DPVAT), sendo as coberturas compreendidas:

a. **Morte:** R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) por passageiro;



# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

**b. Invalidez:** R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) por passageiro, quando compreendida a perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de membro ou órgão. Será seguida pela tabela governamental que disciplina a importância para cada graduação de invalidez;

**c. Despesas Médico-Hospitalares** até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por passageiro, observando que esta garantia, além de complementar ao DPVAT, somente será objeto de indenização se comprovado que o hospital que atende o paciente não possui convênio com o sistema público de saúde.

Cobertura de vidros, retrovisores e faróis completa, em valor pré-estabelecido pelo órgão contratante, onde, no caso de vidros e retrovisores, não deverá abranger franquia.

Caso realizadas renovações do seguro ora contratado, a seguradora poderá conceder outras garantias e vantagens adicionais, como descontos (bônus) no pagamento do prêmio por parte do órgão contratante na hipótese de não haver sinistro na vigência da apólice anterior, o qual deverá aumentar progressivamente, renovação após renovação, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta homologada.

## **Quanto a forma de aviso de sinistro:**

**a.** O contratado deverá colocar à disposição do órgão contratante durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias na semana, uma central de comunicação para aviso de sinistro;

**b.** A central poderá funcionar via correio eletrônico (e-mail), telefone, fax ou serviço on-line com acessibilidade em todo o território nacional;

**c.** Após o registro de sinistro por um dos meios acima elencados, a seguradora terá, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder a liberação do serviço a ser executado;

**d.** Havendo a necessidade de reboque, a seguradora deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas após o aviso de sinistro.

## **Quanto a forma de regulação de sinistro:**

Ocorrendo o sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura;

Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o órgão contratante poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução de forma integral;

Não será fixado um prazo para a comunicação do sinistro, podendo ser realizado a critério exclusivo do órgão contratante;

Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática, sem cobrança de prêmio adicional;

Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para a execução do serviço ficará totalmente a cargo do órgão contratante, não cabendo à seguradora alegar quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço;

O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro em geral não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos do aviso de sinistro ora especificado, mediante a apresentação de todas as documentações solicitadas pela seguradora ao órgão contratante (conforme Art. 43º, §1º, Circular SUSEP nº 621, de 2004);





# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

Ainda, no caso de indenizações decorrentes de sinistros frutos de roubo, furto, enchentes, inundações ou incêndio, o prazo máximo para o pagamento não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos do registro em Boletim de Ocorrência (B.O.), desde que o veículo não tenha sido apreendido ou localizado oficialmente mediante comprovação hábil (conforme Art. 43º, §1º, Circular SUSEP nº 621, de 2004).

Havendo o descumprimento dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente a 2% (dois por cento) do valor da indenização, além das penalidades previstas pela legislação;

A abrangência geográfica do seguro contratado deverá ter validade para todo o território nacional, com plano de assistência 24 (vinte e quatro) horas;

### **Quanto a inclusão ou substituição de veículos:**

Havendo a necessidade de inclusão ou de substituição de veículos durante o período de vigência da apólice, a seguradora deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluído, considerando, para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que originou a contratação.

Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período. Tal devolução será realizada mediante desconto nos valores a serem pagos pela Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu.

Caberá a equipe de fiscalização da contratação, em qualquer caso, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, 2 (dois) outros orçamentos a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando o Contratado obrigado a aceitar a menor proposta apresentada, caso seu orçamento não seja o de menor valor;

### **Quanto a exclusão de veículos:**

Havendo a necessidade de exclusão de veículos durante o período de vigência da apólice, a seguradora deverá calcular pela aritmética simples o valor total a ser devolvido à Administração Pública mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$X \div 12 = Y$$

$$Y \times Z = VT$$

Onde:

X = valor anual do prêmio por veículo;

12 = número de meses em um ano;

Y = valor mensal do prêmio por veículo;

Z = número de meses restantes para o término da apólice;

VT = valor total a ser devolvido à Administração Pública

O valor de Z (número de meses restantes para o término da apólice) será obtido considerando a data da comunicação realizada pelo órgão contratante à operadora do seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica, com confirmação de entrega e recebimento, ou via ofício, com comprovante de recebimento.



# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias;

A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante desconto nos valores a serem pagos pela Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu;

**Quanto a franquia:**

**a.** A franquia a ser considerada é a reduzida;

**b.** A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

No caso da contratação em comento, a seguradora deverá considerar a franquia obrigatória básica.

Não haverá pagamento de franquias sobre as indenizações indicadas como RCF (Responsabilidade Civil Facultativa) e APP (Acidente Pessoal por Passageiro).

Além disso, não haverá pagamento de franquias em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio, eventos da natureza, quedas de raios e/ou explosões, e bem como, sobre quaisquer substituições de vidros frontais, laterais e traseiros, troca de lentes de retrovisores e reparos em trincas de para-brisas.

Em caso de sinistro onde a Contratante não tenha dado causa ao mesmo e o agente que colidiu com o veículo oficial for culpado pelo sinistro, deverá ser observado o seguinte:

**a.** Se possuir seguro, esse agente deverá arcar e com a franquia;

**b.** Se não possuir seguro, o agente deverá arcar com os custos totais dos serviços a serem executados.

Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, e não excederão os limites máximos a serem fixados neste estudo, devendo também ser consideradas as informações e detalhes constantes das mesmas.

De acordo com a análise por veículos e seus devidos bônus, poderão ser ofertadas franquias de valores menores.

A franquia será paga pelo órgão contratante/segurado, exclusivamente, à seguradora contratada, afastando-se a possibilidade de pagamentos à terceiros, ainda que conveniados com o Contratado.

Quanto as apólices de seguro a serem emitidas, é importante citar que as especificações aqui contidas são consideradas as mínimas exigidas. Assim, a apólice poderá conter outras normas comuns às praxes comerciais da seguradora e à legislação vigente sobre a matéria, porém não poderá eliminar ou restringir o entendimento, o conteúdo ou a amplitude de qualquer uma das referidas especificações, sendo fornecido um manual ou documento equivalente contendo todas as informações relativas ao funcionamento do seguro para os veículos objeto deste processo.

Os veículos salvados passam a ser de inteira responsabilidade da entidade seguradora, uma vez efetuado o pagamento da indenização integral.



No quesito legal, quanto aos serviços prestados, a seguradora deverá observar e atender em conformidade a legislação pertinente às operações que serão executadas, devendo observar, minimamente, mas não exclusivamente, as normas estabelecidas pela Circular SUSEP nº 639, de 9 de agosto de 2021 – “Dispõe sobre as regras e os critérios para operação de seguros do grupo automóvel” e a Circular SUSEP nº 621, de 12 de fevereiro de 2021 – “Dispõe sobre as regras de funcionamento e os critérios para operação das coberturas dos seguros de danos”, sendo também aplicável ao seguro automóvel naquilo que não conflitar com a Circular SUSEP nº 639, de 9 de agosto de 2021.), assim como as diretrizes pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente aquelas que digam respeito ao processo de atendimento de emergência e à regularização de serviços automotivos (NBRs relacionadas a reparação automotiva e assistência técnica). Para a prestação de assistência veicular e remoção de veículos, recomenda-se a observância da NBR 14673 (Guincho) e NBR 15106 (Transporte de passageiros em ambulâncias).

Quanto aos potenciais impactos ambientais, o serviço em si não gera impacto expressivo direto sobre o meio ambiente, visto tratar-se de cobertura securitária e assistência técnica. Entretanto, o edital prevê, em atendimento às diretrizes de sustentabilidade e consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis do Governo Federal, que a seguradora priorize o uso de peças recondicionadas ou recicladas conforme padrões de qualidade, descarte ambientalmente correto de resíduos gerados em sinistros e eventual comprovação de que as oficinas envolvidas aderem à legislação ambiental vigente para resíduos sólidos, fluidos automotivos e partes metálicas. A seguradora também é orientada a encaminhar peças obsoletas e componentes eletrônicos para cooperativas ou centros de reciclagem regularizados.

Em resumo, a definição do objeto da contratação contempla a prestação continuada de seguro total de frota veicular, em formato coletivo, com padrões elevados de qualidade, adesão a normas internacionais e nacionais, garantia de ampla competitividade e observância de práticas de sustentabilidade, não havendo qualquer restrição irregular de mercado ou impacto negativo estrutural decorrente dessa contratação.

## **5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO OU FORNECIMENTO DO OBJETO**

A execução do objeto será realizada de forma indireta, por meio da contratação de uma seguradora devidamente habilitada. A terceirização se justifica diante da necessidade de expertise técnica, amparo financeiro, ampla cobertura e respaldo legal, prerrogativas que só podem ser devidamente atendidas por empresas autorizadas e fiscalizadas pela SUSEP. Não há viabilidade de autogestão pelo município devido à complexidade, ao volume de riscos e à característica regulada do serviço.

### **Rotinas de execução da solução a ser contratada:**

Tratando-se este de um serviço de natureza continuada, as rotinas de execução da solução objeto deste Estudo Técnico Preliminar deverão apresentar os seguintes requisitos:

**a.** Os seguros a serem contratados pela Contratante respeitarão os atuais prazos de vigência dos seguros automotivos já contratados, sendo solicitados de acordo com o término de cada um, mediante a emissão de um documento formalizador do tipo Ordem de Serviço pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu, que será posteriormente encaminhado ao Contratado por meio de correio eletrônico (e-mail), no exato mesmo endereço eletrônico indicado em sua proposta.



# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

**b.** Considerando que parte da frota municipal já se encontra coberta por apólices de seguro ainda vigentes, a execução contratual ocorrerá de forma gradativa, com emissão das novas apólices conforme a necessidade e o vencimento das coberturas atuais. Essa sistemática de execução escalonada visa evitar sobreposição de apólices e assegurar a economicidade, em observância ao disposto no art. 5º e no art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**c.** O pagamento das apólices será proporcional ao período efetivamente contratado, tomando-se como base o valor total do contrato dividido por 12 (doze) meses, multiplicado pela quantidade de meses remanescentes até o término da vigência contratual. Essa proporcionalidade mantém o equilíbrio econômico-financeiro e garante que o erário arque apenas com o custo correspondente ao tempo de cobertura efetiva, sem comprometer o valor global adjudicado.

**d.** Mediante o recebimento do documento formalizador do tipo Ordem de Serviço, o Contratado deverá expedir e efetuar a entrega das apólices de seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir do envio deste.

**e.** Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado no subitem acima, o Contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**f.** A eventual realização de vistoria prévia dos veículos, para fins de participação no certame, é facultativa. Caso haja interesse, as licitantes poderão agendar visita diretamente no Departamento de Frotas, com o servidor Jair Antonio Ferla, pelo telefone (45) 3565-8113, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h.

**g.** A vistoria de início da cobertura das apólices de seguro dos veículos assim como para participação do certame, ocorrerá sob exclusiva responsabilidade da seguradora contratada, sem ônus algum para a Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu, que indicará onde se encontram localizados os automóveis e disponibilizará pessoal para o acompanhamento do processo;

**h.** As apólices devem conter todos os dados do seguro e de identificação do veículo segurado, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), vigência do seguro, condições gerais e particulares e, assim como, prever o endosso de inclusão e exclusão ou de ampliação do valor segurado para cada veículo;

**i.** A entrega das apólices, por sua vez, dar-se-á preferencialmente por meio digital, sendo encaminhadas através dos seguintes endereços eletrônicos (e-mail): [frotamunicipal@saomiguel.pr.gov.br](mailto:frotamunicipal@saomiguel.pr.gov.br), com cópia para [compras@saomiguel.pr.gov.br](mailto:compras@saomiguel.pr.gov.br), ou ainda, presencialmente no Departamento de Controle de Compras, localizado no Paço Municipal Abel Bez Batti, na Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, na cidade de São Miguel do Iguaçu, Estado do Paraná.

**j.** A cobertura contratada será iniciada imediatamente após a emissão da apólice de seguros, onde a vigência das mesmas deverá perdurar pelo prazo de 12 (doze) meses, possuindo início da vigência conforme cronograma estipulado pela própria Administração Municipal;

**k.** Quaisquer alterações necessárias nas apólices de seguros, durante a vigências das mesmas, deverão ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da comunicação oficial da solicitação por parte do órgão contratante.



**l.** Para o acionamento do seguro, a seguradora deverá disponibilizar ao órgão contratante uma central, que poderá funcionar via correio eletrônico (e-mail), telefone, fax ou serviço on-line, com acessibilidade em todo o território nacional;

**m.** Após o registro de sinistro por um dos meios acima elencados, a seguradora terá, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo sinistrado, concluindo o exame das causas e circunstâncias, caracterizando o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura, procedendo, quando couber, a liberação do serviço a ser executado;

**n.** No momento do acionamento do seguro, a seguradora será responsável por enviar de imediato o corretor responsável para que seja providenciada toda a documentação legal necessária à prestação dos serviços ora contratados.

**o.** A seguradora deverá disponibilizar auxílio em caso de pane mecânica que impossibilite a locomoção do veículo segurado por meio próprio, enviando mecânico para tentar executar o reparo emergencial no local com cobertura de troca de peças até o limite da garantia contratada para o veículo, onde, no caso da impossibilidade de mecânica na localidade do evento ou ainda na impossibilidade de execução do reparo no local, seja pela falta de condições adequada ao prestador e seguradora ou qualquer outra razão que impossibilite a realização do serviço, fica garantido o envio de reboque em um prazo máximo de 3 (três) horas após o aviso de sinistro, que transportará o veículo até a oficina de escolha da seguradora, limitado aos valores estabelecidos nesta garantia, sem ônus ao órgão contratante.

**p.** Quando couber, assegurar, em um prazo máximo de 3 (três) dias úteis da comunicação de sinistro, veículo reserva em caso de sinistro decorrente de evento garantido pela cobertura, inclusive em casos de sinistros de roubo, furto ou indenização integral, correspondente a um automóvel de modelo popular, ar-condicionado integrado e quilometragem livre.

**q.** O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro em geral não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos do aviso de sinistro ora especificado, mediante a apresentação de todas as documentações solicitadas pela seguradora ao órgão contratante (conforme Art. 43º, §1º, Circular SUSEP nº 621, de 2004);

Ainda, no caso de indenizações decorrentes de sinistros frutos de roubo, furto, enchentes, inundações ou incêndio, o prazo máximo para o pagamento não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos do registro em Boletim de Ocorrência (B.O.), desde que o veículo não tenha sido apreendido ou localizado oficialmente mediante comprovação hábil (conforme Art. 43º, §1º, Circular SUSEP nº 621, de 2004).

Havendo o descumprimento do prazo estabelecido no subitem anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente a 2% (dois por cento) do valor da indenização, além das penalidades previstas pela legislação.

Por fim, a seguradora poderá ofertar ao órgão contratante outras garantias e vantagens adicionais, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada.

A Administração será encarregada de manter o cadastro patrimonial dos veículos atualizado, comunicar tempestivamente a necessidade de contratação, renovação ou exclusão de seguros a cada veículo, instruir o acionamento do seguro por parte dos servidores quando necessário, gerir as informações dos sinistros e fiscalizar o cumprimento dos prazos, da qualidade das coberturas e das rotinas de assistência.



# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

O serviço de seguro será aplicado a todos os veículos do Município de São Miguel do Iguaçu especificados em edital, compreendendo diversas secretarias e unidades, independentemente do local onde circulem em razão do exercício de funções públicas. A prestação deverá contemplar assistência 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive feriados.

Em relação ao cronograma de cobertura, é fundamental frisar que a apólice deverá respeitar a vigência ainda atual de cada seguro em vigor. Ou seja, a cobertura contratada para cada veículo terá início apenas a partir do vencimento da apólice vigente e considerará como data limite o contrato oriundo deste certame, sendo que a apólice será solicitada por meio de Ordem de Fornecimento, quando assim findar a apólice vigente e o valor a ser considerado, corresponderá a quantidade de meses restante para fim do contrato.

O pagamento à seguradora será feito somente pelo período de cobertura efetiva, e sua liberação estará condicionada à comprovação da emissão das apólices, manutenção das coberturas contratadas e à aceitação por parte da Administração, que fiscalizará permanentemente a execução do contrato por meio de servidor designado como gestor e fiscal.

Como o objeto contratado é serviço regulado, a seguradora vencedora deverá apresentar comprovação de autorização junto à SUSEP.

Para garantir a sustentabilidade, sugere-se, conforme recomendado pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, que sejam destinados para oficinas credenciadas que operem sob práticas responsáveis de gestão de resíduos, e sejam priorizados sempre que possível o uso de peças reaproveitáveis ou recicladas durante eventuais reparos, devendo a seguradora demonstrar aderência a essas diretrizes mediante documentação quando solicitado.

**No término da contratação, a empresa deverá entregar relatórios de todas as apólices vigentes, histórico de sinistros atendidos, certidões de adimplemento de obrigações e documentação de encerramento das coberturas, assegurando total transparência e preparando a transição para eventual novo processo licitatório, sem prejuízo ao serviço e sem riscos de períodos descobertos.**

## 6. QUANTITATIVO DO OBJETO

Houve contratação anterior de seguro para a frota de veículos do Município, formalizada por meio do Pregão nº 024/2024 e do Contrato nº 045/2024, tendo o quantitativo estipulado à época atendido plenamente à demanda dos órgãos e secretarias que utilizam os veículos municipais, sem registro de desassistência ou insuficiência na cobertura. Desde então, não foram identificadas alterações significativas no perfil de usuários, beneficiários ou setores abrangidos pela contratação, havendo apenas oscilações eventuais decorrentes de baixa ou substituição de veículos, o que não impactou a quantidade global necessária para a cobertura.

Atualmente, a Administração necessita de seguro para um total de 105 veículos devidamente registrados no cadastro patrimonial do Município, sendo 53 veículos leves, 17 veículos pesados e de carga, 27 veículos do grupo transporte de passageiros e 8 ambulâncias, conforme pode ser verificado em anexo arquivo com relação de veículos e documentos). Tal número corresponde exatamente à frota em operação nos diferentes setores e secretarias municipais, não havendo previsão de inclusão de novos veículos durante o período de vigência da contratação.





# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

O quantitativo foi apurado exclusivamente pelo Departamento de Frotas, setor responsável pelo controle e gestão da frota municipal, a partir de levantamento criterioso do cadastro atualizado de veículos em circulação. Este trabalho envolveu a conferência individualizada dos registros administrativos da frota para garantia de que somente veículos ativos e em uso operacional fossem considerados, sendo desconsideradas unidades baixadas, desativadas ou destinadas à alienação.

Para fundamentar o cálculo, adotou-se a metodologia de análise e validação de todos os veículos vinculados à Administração, classificando-os conforme sua utilização (leve, pesado/carga, transporte de passageiros ou ambulância) e confirmando a necessidade de cobertura junto aos setores usuários por meio de comunicação institucional.

Ressalta-se ainda, que foram contempladas as necessidades de todos os órgãos, departamentos e secretarias que utilizam veículos de propriedade do Município, não havendo exclusões ou omissões quanto às demandas dos usuários da frota municipal.

## 7. ORÇAMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA

O valor estimado para a presente contratação foi fixado em **R\$ 165.892,75** (cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos). O certame será estruturado em quatro lotes distintos, organizados conforme a categoria e o tipo de veículo segurado, de modo a garantir maior competitividade e adequação técnica das propostas. A divisão tem como base a natureza e o perfil de risco de cada grupo, resultando na seguinte composição:

- Lote 1 – Veículos Leves, totalizando R\$ 58.766,71;
- Lote 2 – Transporte de Passageiros, com R\$ 48.468,17;
- Lote 3 – Veículos Pesados, no valor de R\$ 37.626,84; e
- Lote 4 – Ambulâncias, somando R\$ 21.031,03.

Essa segmentação favorece a formação de preços mais precisos e a participação de seguradoras com especialização em cada tipo de cobertura, em observância aos princípios da competitividade e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

O valor total da contratação foi obtido a partir da mediana entre três metodologias de apuração de preços (conforme planilha comparativa anexa):

1. Atualização monetária do Contrato nº 470/2024 (originado do Pregão Eletrônico nº 60/2024), corrigido pelo INPC, conforme calculadora oficial do Banco Central do Brasil;
2. Pesquisas de preços em fontes oficiais públicas, especialmente o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); e
3. Cotações diretas com seguradoras especializadas em seguros veiculares.

Essa composição buscou refletir o preço de mercado atual, garantindo coerência, economicidade e razoabilidade, em consonância com o art. 23, §1º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, e as recomendações do Acórdão nº 105/2022 do TCE/PR.

Os valores históricos do Contrato nº 470/2024 foram corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com base na ferramenta de atualização disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, representando parte da composição da mediana. Não foram atualizados os valores referentes a veículos que não pertenciam à frota municipal à época da contratação anterior, por ausência de base contratual comparável, correspondendo aos itens 50, 51, 52 e 53 (veículos leves), 55, 68 e 80 (transporte de passageiros), 91, 93, 94 e 97 (veículos pesados) e 102 e 103 (ambulâncias).



Foram realizadas consultas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), buscando valores referenciais compatíveis com a natureza, marca, modelo e ano de fabricação dos veículos segurados.

Contudo, nem todos os itens foram localizados e alguns desconsiderados, tendo em vista a especificidade de cada veículo e as variações de mercado, bem como valores excessivamente altos quando comparados com o contrato anterior, sendo:

- Veículos leves: Itens 8, 10, 15, 18, 20, 23, 28, 29, 40, 45, 47, 50 e 53;
- Transporte de passageiros: Itens 58, 62, 63, 64, 65, 72, 76 e 79;
- Veículos pesados: Itens 81 e 86;
- Ambulâncias: Itens 100 e 101.

As referências obtidas foram consideradas para compor a mediana geral, observando sempre o menor valor compatível com o objeto.

Com o objetivo de complementar a formação da mediana e garantir a aderência aos preços vigentes no mercado segurador, foram obtidas cotações diretas com empresas especializadas, conforme segue:

**1. Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**

- CNPJ: 61.198.164/0001-60
- Endereço: Barão de Piracicaba, 618-634 / Torre B - 2ª andar - CEP 01216-012 - São Paulo – SP
- Telefone: (11) 3366-3110

**2. Mapfre Seguros Gerais S.A.**

- CNPJ: 61.074.175/0001-38
- Endereço: Avenida das Nações Unidas, 14.261 – Vila Gertrudes, São Paulo/SP – CEP 04578-000
- Telefone: (54) 98405-5261

**3. Gente Seguradora S.A.**

- CNPJ: 90.180.605/0001-02
- Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 – Centro Histórico, CEP: 90.020-060, na cidade de Porto Alegre-RS.
- Telefone: (51) 3023-8888

As propostas da Porto Seguro e da Mapfre foram consideradas parcialmente para complementar o orçamento, excluindo-se os veículos cujas cotações apresentaram valores extremamente elevados em relação aos demais e ao histórico do contrato anterior, a fim de evitar distorções ao valor final e preservar a razoabilidade do valor global.

O orçamento fornecido pela Gente Seguradora S.A. foi desconsiderado integralmente, por apresentar valores excessivamente elevados em relação às demais fontes e ao próprio contrato anterior, do qual a empresa é a atual prestadora. Assim, entendeu-se que os valores informados não refletiam a realidade de mercado, tampouco poderiam ser utilizados como parâmetro legítimo.

Durante o processo de pesquisa de preços, algumas empresas consultadas se recusaram a fornecer orçamentos, justificando que a futura contratação se dará por Pregão Eletrônico, e não por contratação direta. Tal circunstância é comum em procedimentos licitatórios, uma vez que muitos fornecedores optam por participar apenas da fase competitiva do certame, o que limitou a obtenção de cotações diretas, sem, contudo, comprometer a representatividade da amostra utilizada para a estimativa.



O valor final resulta da mediana entre três fontes complementares (atualização do contrato, referências do PNCP e orçamentos de seguradoras), assegurando confiabilidade técnica, equilíbrio e aderência às práticas de mercado. Ressalva-se que alguns itens contam apenas com duas referências válidas, pois não foram identificados valores compatíveis para ampliar a diversificação. Adicionalmente, nos casos em que os valores coletados destoaram de forma significativamente superior ao praticado no contrato anterior, adotou-se exclusivamente o valor do contrato devidamente atualizado, a fim de evitar distorções e preservar a razoabilidade da estimativa.

Considerando a significativa variação entre os valores coletados nas diferentes fontes, especialmente diante da presença de orçamentos com valores demasiadamente elevados em comparação ao histórico contratual, optou-se pela utilização da mediana como critério de apuração do valor de referência, em consonância com o art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e o Acórdão nº 105/2022 do TCE/PR.

A escolha da mediana permitiu considerar os valores mais próximos ao praticado no último contrato vigente, conferindo maior realismo e viabilidade econômica à estimativa, ao passo que os orçamentos que apresentaram distorções significativas para cima foram desconsiderados do cálculo, por não refletirem adequadamente o preço médio de mercado. Tal procedimento assegura equilíbrio, coerência e aderência aos princípios da economicidade e razoabilidade, resultando em uma estimativa justa e tecnicamente fundamentada.

A metodologia adotada atende ao art. 18, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, e reflete os princípios da economicidade, eficiência e transparência, garantindo que a estimativa orçamentária seja compatível com os preços praticados e suficiente para cobrir o objeto da contratação sem sobrepreço.

## **8. COMPATIBILIDADE COM O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

A contratação pretendida para o seguro da frota de veículos municipais está devidamente compatível com o planejamento do órgão e do Município, estando prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) aprovado para o exercício de 2025, conforme autorizado e publicado nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 115/2023, do Decreto nº 312/2023 e suas alterações posteriores.

O PCA encontra-se disponível para consulta pública no endereço eletrônico: <https://saomigueldoiguacu.eloweb.net/portaltransparencia/1/publicacoes/1046>

Adicionalmente, a contratação possui respaldo na Lei Orçamentária Anual (LOA), que prevê as dotações necessárias para essa finalidade e, quando aplicável, no Plano Plurianual (PPA), caso o período de vigência do contrato ultrapasse o exercício fiscal ou se relacione a programa de políticas públicas de caráter permanente vinculadas à manutenção dos bens patrimoniais e prestação adequada dos serviços públicos essenciais.

## **9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO**

A solução pretendida foi analisada sob os aspectos técnicos, econômicos e de gestão administrativa, ponderando-se a viabilidade e a conveniência do parcelamento da contratação, conforme prevê o Art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021. No caso em tela, observando as características da frota municipal, foi tecnicamente viável e considerado mais adequado reunir os veículos em quatro grupos/lotos distintos, a saber: veículos leves, veículos pesados, veículos de transporte de passageiros e ambulâncias.



**Técnica:** A divisão em grupos/lotos foi adotada porque cada classe de veículo possui características, perfis de risco e cobertura distintas, permitindo melhor adequação das apólices e especialização no atendimento. Essa segmentação também facilita a análise das propostas pelo mercado segurador, que pode ter condições diferentes de precificação e atendimento a cada segmento. Assim, a gestão do contrato torna-se mais eficiente, propiciando maior controle sobre cada grupo de veículos, com monitoramento focado nas necessidades específicas de cada categoria.

**Gestão:** A gestão por grupos é preferível, pois centralizar todos os veículos em um único lote poderia ocasionar dificuldades operacionais na cobertura, atrasos ou defasagens ao tratar de sinistros e assistências técnicas diversas. Ao adotar o critério de parcelamento por grupos homogêneos, cada modalidade de veículo pode ser gerida conforme sua especificidade, beneficiando tanto a fiscalização administrativa quanto a execução contratual, com reduções de entraves processuais.

**Econômica:** Economicamente, o parcelamento em grupos se mostrou viável e vantajoso. O mercado segurador opera frequentemente com segmentação, oferecendo melhores condições e descontos conforme o perfil de cada grupo de risco. A reunião dos veículos em lotes homogêneos tende a ampliar a competitividade no certame, permitindo que empresas especializadas em certos segmentos possam apresentar ofertas mais competitivas para cada categoria, potencializando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. O agrupamento evita o risco de preços elevados, que poderiam ser praticados caso todos os veículos fossem incluídos em só item, com precificação média superior à necessária.

**Competitividade e Mercado:** O parcelamento por grupos ou lotes amplia o aproveitamento do mercado, pois possibilita a participação de diferentes seguradoras devidamente autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), conforme o artigo 24 do Decreto-Lei nº 73/1966 e o artigo 757 do Código Civil Brasileiro. Tais dispositivos estabelecem que somente sociedades seguradoras regularmente constituídas e autorizadas podem operar no ramo de seguros e assumir contratos securitários. Este formato contribui para o aumento da competitividade e da diversidade de propostas, evitando restrições injustificadas à livre concorrência e garantindo o respeito aos princípios da legalidade e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, de acordo com a Lei nº 14.133/2021. Ressalta-se que, em cumprimento à legislação vigente, é vedada a participação de corretoras de seguros como proponentes, uma vez que sua atuação se restringe à intermediação entre segurados e seguradoras, não estando autorizadas a assumir a condição de prestadoras diretas de serviço de seguro diante da Administração Pública.

**Fornecimento:** Portanto, o fornecimento será parcelado em quatro grupos de itens correspondentes às categorias: veículos leves, veículos pesados, transporte de passageiros e ambulâncias.

**Vantagem para a Administração:** Diante da necessidade e das vantagens identificadas, o método mais eficiente de parcelamento para esta contratação é **por grupo de itens**, conforme mencionado. Essa estratégia proporciona melhor aderência aos interesses públicos, favorecendo condições técnicas, econômicas e administrativas ideais para a execução do contrato.

**Riscos e justificativas para não parcelar ainda mais:** Não se recomenda o parcelamento em itens individualizados (veículo a veículo) pois isso acarretaria:

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

- A fragmentação excessiva do objeto pode resultar em um número elevado de processos licitatórios e contratos, o que tende a sobrecarregar significativamente as atividades administrativas, demandando maior alocação de recursos humanos e gerando complexidade no acompanhamento e controle das execuções contratuais. Essa situação pode comprometer a eficiência, a celeridade processual e dificultar a identificação e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

- Risco à economia de escala, com aumento de preços, uma vez que a dispersão de itens resultaria em propostas financeiras inferiores àquelas obtidas pelo agrupamento racional dos riscos.

- Potencial prejuízo à Administração decorrente da perda de sincronismo entre os serviços fornecidos, podendo haver desarmonia entre prestadores e prejudicando o cronograma administrativo.

- Possibilidade de mitigação da responsabilidade técnica do segurador, com dispersão de gestões e ausência de centralização das obrigações.

Assim, a adoção do parcelamento em quatro grupos/lotos é justificada por aliar eficiência técnica, racionalidade administrativa, economia para o erário e ampliação da competitividade, configurando a solução mais vantajosa para a Administração Pública, conforme as melhores práticas de licitação e gestão contratual.

## 10. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto desta contratação, referente ao serviço de seguro para a frota de veículos do Município, classifica-se como serviço comum, conforme disposto no artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021. Esta definição abrange bens e serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado. Conforme a mesma legislação e o disposto no §1º do artigo 39 do Decreto nº 115/2023, o serviço de seguro não é caracterizado como item de luxo.

Adicionalmente, a natureza da contratação é de serviço contínuo, enquadrando-se na previsão do artigo 6º, inciso XLVII, da Lei nº 14.133/2021, pois o serviço atende a necessidades permanentes da Administração e pode ser renovado por períodos sucessivos, imprescindíveis para a proteção do patrimônio público e para a continuidade das atividades essenciais do Município.

Em conformidade com o artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, contratações de serviços contínuos admitem vigência plurianual, considerando-se a vantagem técnica, administrativa e econômica para a Administração, visto que a proteção securitária não pode sofrer solução de continuidade, sob pena de exposição do erário a riscos consideráveis e eventuais prejuízos.

A contratação pela modalidade de serviço contínuo, com vigência plurianual, é devidamente justificada diante da necessidade de cobertura ininterrupta dos veículos patrimoniais, da redução dos riscos ao erário e da manutenção da regularidade dos serviços públicos. Além disso, tal modelo proporciona maior eficiência administrativa, planejamento adequado e melhores condições nas negociações contratuais.

## 11. FORMA DE CONTRATAÇÃO (Modalidade de Licitação, Procedimento e Critérios de Julgamento)

A modalidade licitatória adotada para a contratação do serviço de seguro para a frota de veículos do Município será o pregão eletrônico, em conformidade com o artigo 28, inciso II, e artigo 17 da Lei nº 14.133/2021, assim como do Decreto Federal nº 10.024/2019.

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

O pregão é a modalidade adequada para contratação de bens e serviços comuns, definidos conforme o artigo 6º, inciso XIII, da referida lei, o que se aplica diretamente ao seguro de veículos, já que os requisitos e padrões de qualidade podem ser objetivamente estabelecidos em edital. O formato eletrônico do procedimento amplia o acesso, a competitividade e a transparência, cumprindo normas sobre a preferência pelo uso dessa forma para compras públicas.

O critério de julgamento adotado será o de menor preço, conforme prevê o artigo 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. O contrato de seguro de frota é classificado como serviço comum, o que permite aferir e comparar as propostas de maneira objetiva, apenas pelo valor total ofertado para cada grupo ou lote. A opção por menor preço é considerada a mais vantajosa porque o serviço pode ser especificado claramente no edital, tornando desnecessário o uso de critérios de melhor técnica ou técnica e preço, pois não há aspectos subjetivos relevantes nesse tipo de prestação. Também não se aplica o critério de maior desconto, que só caberia em situações de tabelas de preços fixados.

O rito ordinário do pregão eletrônico será seguido, sem necessidade de ajustes procedimentais.

Dessa forma, o pregão eletrônico pelo critério de menor preço proporciona eficiência, celeridade, isonomia, competitividade e escolha da proposta mais vantajosa para o interesse público, movimentando o mercado especializado conforme a legislação vigente e garantindo o atendimento das necessidades da Administração de forma transparente, econômica e regular.

## 12. ANÁLISE DE RISCOS

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual. Os riscos analisados foram organizados em duas categorias:

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, as possíveis ações preventivas e contingenciais, bem como a identificação dos responsáveis por ação.

Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa dos riscos é realizada por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto, conforme a tabela de referência a seguir:

CLASSIFICAÇÃO	VALOR
BAIXO	5
MÉDIO	10
ALTO	15

### Descrição dos impactos:

**Baixo:** Danos que não comprometem o processo/aquisição. Devem ser catalogados nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

**Médio:** Danos que comprometem parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

**Alto:** Danos que comprometem a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.



# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco.

ALTO	75	150	225
MÉDIO	50	100	150
BAIXO	25	50	75
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO

O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da Matriz Probabilidade x Impacto. Caso o risco enquadre-se na região entre 25 e 50, seu nível de risco é entendido como baixo, logo admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas.

Se estiverem na região entre 75 e 100, entende-se como médio e na região entre 150 e 225, entende-se como nível de risco alto.

Nos casos de riscos classificados como médio e alto, serão adotadas as medidas preventivas previstas.

1. RISCOS						
Relacionados ao comprometimento da efetividade do planejamento da contratação:						
Risco						
Atraso na elaboração ou aprovação do termo de referência e demais documentos necessários para início do processo licitatório.						
Probabilidade:		Baixa	X	Média		Alta
Impacto:		Baixo		Médio	X	Alto
Id.	Dano/resultado					
1.	Período sem cobertura de seguro, expondo o patrimônio municipal a riscos e prejuízos financeiros.					
2.	Ocorrência de eventuais prejuízos financeiros ao erário, decorrentes de sinistros não indenizáveis por ausência de apólice vigente.					
Id.	Ação Preventiva			Responsável		
1.	Elaboração antecipada do termo de referência e demais documentos necessários para o processo licitatório.			Secretaria Demandante e Dpto de Licitações		
2.	Definição de cronograma detalhado com prazos de cada etapa do planejamento e execução da licitação			Secretaria Demandante e Dpto de Licitações		
Id.	Ação de Contingência			Responsável		
1.	Solicitação e formalização de contratação emergencial de seguro, com justificativa, conforme previsão legal.			Secretaria Demandante, Dpto de Licitações e Procuradoria		
2.	Prorrogação excepcional do contrato vigente, se possível, para garantir cobertura até a conclusão do novo certame			Gestor/Fiscal de Contratos, Dpto de Licitações e Procuradoria		

Matriz dos riscos relacionados a fase de planejamento da contratação:			
ALTO			
MÉDIO			X
BAIXO			
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO

<b>2 RISCOS</b>						
<b>2.1.</b> Relacionados ao comprometimento da efetividade da <b>seleção da executante/contratada:</b>						
<b>Risco</b>						
Seleção de seguradora não habilitada ou com capacidade insuficiente para atender plenamente às necessidades da Administração.						
<b>Probabilidade:</b>		Baixa	<b>x</b>	<b>Média</b>		Alta
<b>Impacto:</b>		Baixo		Médio	<b>x</b>	<b>Alto</b>
<b>Id.</b>	<b>Dano/resultado</b>					
1.	Prestação inadequada do serviço, com atrasos na emissão de apólices ou negativas indevidas de cobertura em caso de sinistros.					
2.	Necessidade de nova seleção, ocasionando descontinuidade do serviço e exposição dos veículos a riscos durante o período sem cobertura.					
<b>Id.</b>	<b>Ação Preventiva</b>				<b>Responsável</b>	
1.	Exigência de comprovação de regularidade junto à SUSEP e de capacidade técnica comprovada.				Secretaria Demandante e Dpto de Licitações	
2.	Análise detalhada e criteriosa da documentação de habilitação e experiência das licitantes				Secretaria Demandante e Dpto de Licitações	
<b>Id.</b>	<b>Ação de Contingência</b>				<b>Responsável</b>	
1.	Desclassificação da licitante inicialmente vencedora caso identificadas irregularidades ou insuficiência, e imediata convocação da segunda colocada				Agente de Contratação	
2.	Caso o problema persista também com a segunda colocada, realização de novo procedimento licitatório de forma prioritária				Secretaria Demandante	
3.	Em situações emergenciais não solucionadas, adoção de contratação direta temporária, devidamente justificada, para garantir cobertura até conclusão do novo certame				Secretaria Demandante e Dpto de Licitações	

Matriz dos riscos relacionados a fase de <b>Seleção da Contratada</b>			
ALTO			
MÉDIO			<b>x</b>
BAIXO			
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

<b>3. RISCOS</b>						
3.1 Relacionados ao comprometimento da efetividade da <b>gestão contratual</b>						
<b>Risco</b>						
Falta de acompanhamento sistemático do cumprimento das condições contratuais pela seguradora.						
<b>Probabilidade:</b>		Baixa	<b>x</b>	<b>Média</b>		Alta
<b>Impacto:</b>		Baixo		Médio	<b>x</b>	<b>Alto</b>
<b>Id.</b>	<b>Dano/resultado</b>					
1.	Demora ou recusa injustificada no pagamento de indenizações após os sinistros, prejudicando a recomposição dos bens do município.					
2.	Descumprimento dos prazos e das coberturas previstas em contrato, resultando em descontinuidade dos serviços essenciais e em possíveis perdas financeiras para o erário.					
<b>Id.</b>	<b>Ação Preventiva</b>				<b>Responsável</b>	
1.	Designação formal de gestor e fiscal de contrato, com capacitação adequada sobre o objeto				Secretário/Gestor da Pasta Demandante	
2.	Implantação de rotina de acompanhamento periódico, com conferência de relatórios, prazos e eventos contratuais				Gestor/Fiscal do Contrato	
3.	Estabelecimento de canal direto de comunicação com a seguradora para solução ágil de dúvidas e eventuais pendências				Gestor/Fiscal do Contrato	
<b>Id.</b>	<b>Ação de Contingência</b>				<b>Responsável</b>	
1.	Aplicação das penalidades contratuais em caso de descumprimento de obrigações.				Gestor/Fiscal do Contrato	
2.	Registro formal de reclamação nos órgãos reguladores (SUSEP) e abertura de processo administrativo para apuração de falhas				Gestor/Fiscal do Contrato e Jurídico	
3.	Em caso de descumprimento grave ou recorrente, instauração de procedimento para rescisão contratual e convocação da próxima colocada ou novo procedimento licitatório				Setor de Licitações, Gestor do Contrato e Jurídico	

Matriz dos riscos relacionados a fase de <b>Gestão Contratual</b> :			
ALTO			
MÉDIO			<b>x</b>
BAIXO			
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO

Na análise de riscos realizada para a contratação do seguro da frota municipal, foi adotada matriz de avaliação que leva em consideração tanto a probabilidade quanto o impacto dos possíveis eventos adversos. Após criteriosa apreciação dos cenários, não foi identificado qualquer risco classificado como inaceitável, ou seja, simultaneamente de alta probabilidade de ocorrência e de alto impacto potencial. Os principais riscos mapeados, apresentaram graus de probabilidade considerados médios, visto o planejamento detalhado, a definição de procedimentos claros, a fiscalização reforçada e as características específicas do setor regulado de seguros.

# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

Dessa forma, não se fez necessária a adoção de medidas excepcionais, como a exigência de garantia de execução contratual, nem a redistribuição diferenciada de obrigações ou responsabilidades no contrato, uma vez que os riscos residuais presentes puderam ser eficientemente tratados e reduzidos por meio das ações preventivas e de contingência já previstas no planejamento. Isso garante segurança à Administração Pública e efetividade à proteção patrimonial dos bens municipais, dentro dos parâmetros legais e das melhores práticas de gestão de riscos em contratações públicas.

## 13. RESULTADOS ESPERADOS

Com a contratação do seguro para a frota municipal, espera-se promover diversos benefícios para a Administração Pública. Entre os principais resultados esperados estão:

A proteção eficaz do patrimônio público, evitando prejuízos financeiros significativos em caso de sinistros, como acidentes, roubos, furtos e danos a terceiros. Adicionalmente, projeta-se a redução de custos operacionais, uma vez que o seguro permite que eventuais despesas decorrentes de sinistros sejam assumidas pela seguradora, eliminando ou reduzindo a necessidade de desembolsos emergenciais por parte do Município.

Outro ponto relevante é o aumento da eficiência administrativa, já que a existência de uma cobertura securitária possibilita respostas rápidas diante de imprevistos, evitando a paralisação de serviços essenciais, como transporte escolar, ambulâncias e veículos de serviço. Isso contribui também para a melhoria na qualidade e na continuidade da prestação do serviço público, protegendo usuários e servidores no desempenho de suas funções.

Para avaliar se os resultados esperados foram efetivamente alcançados, serão utilizadas métricas específicas, tais como:

- Redução do prejuízo financeiro decorrente de sinistros: comparação entre os valores pagos a título de indenização pela seguradora e os custos que seriam suportados pelo Município em exercícios anteriores à contratação do seguro.
- Tempo médio de resposta para regulação e pagamento de sinistros: apuração do intervalo entre a comunicação do evento à seguradora e o recebimento da indenização, permitindo a mensuração da agilidade do serviço.
- Nível de disponibilidade da frota: percentual de veículos prontos para uso, especialmente em relação aos que sofreram sinistro, antes e depois da implantação do seguro, indicando o impacto na continuidade dos serviços.
- Número de reclamações ou ocorrências não cobertas indevidamente pela seguradora: monitoramento do índice de conformidade contratual por parte da empresa seguradora.
- Satisfação dos setores usuários: avaliação qualitativa do serviço pela área de transportes e demais setores atendidos pela frota.

Essas métricas serão monitoradas periodicamente pelo gestor do contrato e pelos setores envolvidos, subsidiando a reavaliação e o aprimoramento contínuo do processo de contratação.

## 14. PROVIDÊNCIAS FINAIS



No caso da contratação do seguro para a frota municipal, não há dependência de assistência técnica nem de manutenção para a implementação da solução, uma vez que se trata de um serviço prestado de forma contínua e remota pela seguradora, sem a necessidade de ajustes físicos ou intervenções específicas nos veículos. Não se faz necessária qualquer adequação de espaço físico ou providência por parte da equipe de obras para acomodação ou instalação do serviço, visto que a prestação ocorre mediante emissão de apólices e atendimento a sinistros, sem exigir adaptações na infraestrutura do órgão público.

Da mesma forma, a contratação não demanda aquisição de insumos materiais, já que seu objeto é imaterial, relacionado à cobertura securitária. Também não há necessidade de contratações acessórias para permitir sua execução, pois todas as obrigações pertinentes à cobertura e atendimento dos sinistros são inerentes à própria seguradora contratada.

Quanto à necessidade de treinamento dos servidores, recomenda-se uma orientação básica para os responsáveis pela gestão da frota e do contrato, no intuito de garantir correto acionamento da seguradora, registro de sinistros e acompanhamento dos prazos contratuais.

A empresa contratada, por sua vez, deve apresentar comprovação de regularidade junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), órgão regulador do setor, o que constitui condição indispensável para sua habilitação e consequente assinatura do contrato. Não há exigência de outras autorizações, licenças ou formalidades específicas além daquelas previstas na regulação securitária.

Ao longo da execução do seguro, não há geração de resíduos, produtos descartáveis ou qualquer impacto ambiental direto, pois não há transformação, manutenção ou descarte físico envolvido na prestação do serviço. Assim, inexistência de enquadramento ou procedimento específico quanto à Política Nacional de Resíduos Sólidos, conforme estabelece a Lei nº 12.305/2010.

## **15. CONCLUSÃO**

A contratação do seguro para a frota municipal mostrou-se plenamente adequada para o atendimento da necessidade identificada pela Administração, que é a proteção do patrimônio público e o resguardo financeiro diante de eventuais sinistros envolvendo os veículos oficiais. Após análise detalhada das alternativas disponíveis no mercado, verificou-se que a contratação de apólice de seguro específica para a frota é a solução que melhor atende ao interesse público, pois transfere o risco à seguradora, minimiza impactos financeiros decorrentes de acidentes, furtos e outros eventos cobertos, e ainda assegura maior velocidade na reposição de veículos e na continuidade dos serviços essenciais.

A solução escolhida representa a alternativa tecnicamente mais eficiente e fundamentada, pois proporciona amparo imediato às ocorrências, confere maior previsibilidade orçamentária ao Município e evita sobrecarga administrativa e financeira relacionada à reparação de danos por meios próprios. Além disso, trata-se de uma prática comum e recomendada em âmbito público, encontrando respaldo legal e alinhamento às melhores práticas de gestão de ativos do setor público.

Portanto, os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Declara-se viável a contratação pretendida, por ser a alternativa mais adequada e segura para o atendimento da demanda do Município.



# MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

Declaramos que o presente estudo técnico preliminar atendeu aos requisitos da Lei 14133/2021.

**Relação de Anexos ao ETP:**

- I. Relação de Veículos e Documentos
- II. Orçamentos
- III. Planilha Comparativa de Preços

São Miguel do Iguaçu/PR, 20 de outubro de 2025.

**Rosane Aparecida de Moraes**

Oficial Administrativo

Matrícula: 4437970

**Andrigo Silva**

Secretário Municipal de Administração

Matrícula: 165192